



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de junho de 2019

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do Auditor Independente	5
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	35
Relação dos Administradores	36
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,26 para ações ordinárias e R\$81,69 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento foi efetuado em 21 de maio de 2019.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$73.264 (R\$172,53 por ação ordinária e R\$189,78 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$146,65 por ação ordinária e R\$161,31 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.223 milhões em 30 de junho de 2019, apresentando evolução de 4,5% em relação a R\$1.170 milhões em 30 de junho de 2018. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$93 milhões (30/06/2018 - R\$99 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2019, os ativos totais atingiram R\$12.404 milhões e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$10.535 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.111 milhões, representam uma carteira líquida de R\$9.424 milhões.

Em 30 de junho de 2019, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.724 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.506 milhões e letras financeiras em R\$3.672 milhões.

Conjuntura Econômica

No segundo trimestre, apesar de terem seguido uma trajetória relativamente volátil, os preços dos ativos financeiros brasileiros encerraram o período com cotações mais favoráveis que as observadas ao final do primeiro trimestre do ano. O Banco RCI Brasil avalia que tantos fatores domésticos quanto internacionais foram responsáveis por este comportamento volátil com bom desempenho ao final do período. A taxa de câmbio reverteu a desvalorização observada no primeiro trimestre ao ter recuado de R\$3,92/US\$ ao final de março de 2019 para R\$3,84/US\$ no final de junho de 2019 – patamar também inferior ao de R\$3,88/US\$ registrado no final do ano passado. Para o final de 2019, atualmente projetamos que a taxa de câmbio volte para o patamar de R\$3,90/US\$. Este movimento foi seguido pelo indicador de risco soberano, já que o CDS brasileiro para o prazo de 5 anos recuou de 180bps para 150bps entre março de 2019 e junho de 2019, sinalizando maior apetite por parte dos investidores

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

estrangeiros com ativos do país. Já o índice Bovespa subiu do nível aproximado de 95.400 pontos em Mar/19 para patamar superior aos 100.000 pontos, rompendo uma barreira simbólica bastante importante para o mercado brasileiro de ações. Por fim, mas não menos importante, os preços dos instrumentos de renda fixa também registraram alta no período, o que se traduziu em queda da taxa de juros implícita ao longo de todos os prazos da estrutura a termo da taxa de juros – por exemplo, a taxa de juros futura com vencimento em 01 de janeiro de 2020 recuou de aproximadamente 6,5% a.a. em março de 2019 para 6,0% a.a. em junho de 2019. Como dito anteriormente, apesar de todos os ativos financeiros terem registrado melhora de cotações ao final do segundo trimestre do ano, o Banco RCI Brasil ressalta que tal desempenho não seguiu uma trajetória sem sobressaltos em alguns momentos, tanto em decorrência de fatores domésticos, quanto externos.

Do ponto de vista internacional, o Banco RCI Brasil entende que houve aumento das tensões derivadas da chamada “Guerra Comercial” entre China e Estados Unidos, que continuaram a pesar sobre a percepção dos agentes econômicos ao redor do globo quanto à magnitude do impacto negativo que tal situação poderá ter sobre o desempenho econômico mundial. Aliás, o surgimento de sinais mais concretos de desaceleração no ritmo de crescimento econômico das economias americana e chinesa suscitou ainda mais cautela, tendo inclusive levado a autoridade monetária americana a alterar substancialmente a sinalização quanto às próximas ações a serem implementadas na condução da política monetária nos EUA. Ao mesmo tempo, houve comentários por parte de autoridades chinesas de que novas medidas de estímulo possam ser adotadas ainda neste ano para sustentar a expansão da economia. Se, no início do ano, havia ainda quem imaginasse que o FOMC (*Federal Open Market Committee* – comitê responsável pela definição das medidas relacionadas à política monetária dos EUA) pudesse elevar a taxa básica de juros nos EUA neste ano, atualmente parece existir convicção de que será necessário reduzi-la em algum momento dentro dos próximos seis meses – visão compartilhada, inclusive, por membros do FOMC. Isto equivale a dizer que, ao invés de antecipar a continuidade de uma taxa de crescimento robusta nos EUA, a autoridade monetária americana passou a temer que haja perda substancial no ritmo de expansão econômica do país. A despeito da ansiedade gerada pela incerteza quanto à robustez da expansão econômica mundial, o fato das outras principais economias globais terem sinalizado postura semelhante ao FOMC, elevou a atratividade de ativos de outros países considerados de maior risco, o que beneficiou os ativos financeiros brasileiros entre março de 2019 e junho de 2019.

Já no ambiente doméstico, o segundo trimestre de 2019 foi marcado pelo progresso no trâmite da agenda de reformas estruturais, especialmente o avanço na análise da emenda constitucional referente à reformulação do sistema previdenciário brasileiro, que contou com aprovação da matéria em 1º turno na Câmara dos Deputados em meados de julho de 2019. O fato é importante, pois que sinalizou com a possibilidade de contenção do processo de piora das contas públicas. Isto é, a percepção de que as transformações necessárias para o equilíbrio fiscal estão a caminho de serem implementadas acabou por melhorar os ânimos para aumento de exposição a ativos financeiros brasileiros. Entretanto, o processo também não foi algo linear, com idas e vindas, encontros e desencontros entre congressistas alinhados com o governo e integrantes da administração federal trazendo volatilidade aos preços dos ativos – principalmente para o mercado acionário, para a taxa de câmbio e para o risco soberano.

Para além do ambiente político observado, o Banco RCI Brasil constatou uma nova rodada de frustração com o desempenho dos indicadores da atividade econômica, a qual gerou uma onda de revisões e reduções nas projeções de crescimento do PIB para 2019. O Banco RCI Brasil revisitou sua projeção para o desempenho da economia brasileira neste ano e, ao invés de trabalhar com uma expectativa de expansão de 2,3% para o PIB de 2019, agora considera ser provável que a economia do país avance 0,8% neste ano. A manutenção de um ritmo mais gradual de crescimento acabou por reforçar a dinâmica favorável dos índices de preços, com as medidas subjacentes de inflação sinalizando amplo conforto para cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos anos. Diante deste quadro, o Banco RCI Brasil entende que tenha acontecido ampliação do espaço para que o Banco Central do Brasil possa reduzir a taxa básica de juros do atual patamar de 6,00%a.a. para um nível de 5,25%a.a. ainda em 2019, a meta da taxa Selic deverá permanecer inalterada até o

final de 2020 – anteriormente, a indicação era de que manteria estável em 6,50% a.a. tanto neste ano quanto no próximo.

Estas baixas projeções para as taxas de crescimento, inflação e de juros efetuadas pelo Banco RCI Brasil têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. O Banco RCI Brasil reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do atual governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 26.a), do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017, nos termos da Resolução CMN nº 4.588/2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo



permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº -. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Ativo Circulante		5.536.085	4.952.605
Disponibilidades	4	106.510	29.437
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	140.188
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	140.188
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		166.000	377.083
Carteira Própria	5.a	166.000	376.836
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	-	247
Relações Interfinanceiras	6	437.786	369.392
Depósitos no Banco Central		437.786	369.392
Operações de Crédito		4.629.367	3.857.727
Setor Privado	8.c	4.568.894	3.578.858
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	128.300	351.643
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(67.827)	(72.774)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.749)	(2.775)
Setor Privado	8.a	111.842	113.014
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(109.688)	(110.812)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(4.903)	(4.977)
Outros Créditos		153.509	135.705
Créditos Tributários	9.a	88.397	75.418
Rendas a Receber		2.408	1.415
Diversos	10	62.704	58.872
Outros Valores e Bens		45.662	45.848
Outros Valores e Bens		1.095	6.403
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		44.579	39.457
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.948.415	3.741.279
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		674.239	289.029
Carteira Própria	5.a	674.239	273.156
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	-	15.873
Operações de Crédito		3.828.797	3.032.176
Setor Privado	8.c	3.884.078	2.959.880
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	22.671	138.049
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(77.952)	(65.753)
Operações de Arrendamento Mercantil		3.908	3.054
Setor Privado	8.a	211.659	166.714
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(200.171)	(157.200)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.580)	(6.460)
Outros Créditos		441.452	416.445
Créditos Tributários	9.a	228.333	232.167
Diversos	10	213.119	184.278
Outros Valores e Bens		19	575
Despesas Antecipadas		19	575
Permanente		1.919.385	1.889.000
Imobilizado de Uso	11	2.496	1.662
Outras Imobilizações de Uso		4.578	3.357
(Depreciações Acumuladas)		(2.082)	(1.695)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.916.138	1.885.993
Bens Arrendados		1.864.523	1.827.845
Superveniência de Depreciação		729.986	808.916
(Depreciações Acumuladas)		(678.371)	(750.768)
Intangível	13	751	1.345
Outros Ativos Intangíveis		5.672	5.648
(Amortizações Acumuladas)		(4.921)	(4.303)
Total do Ativo		12.403.885	10.582.884

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Passivo Circulante		4.674.526	3.563.291
Depósitos	14.a	1.617.256	763.632
Depósitos Interfinanceiros		1.610.347	758.951
Outros Depósitos		6.909	4.681
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.233.613	1.716.504
Recursos de Aceites Cambiais		671.678	596.685
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.561.935	1.119.819
Outras Obrigações		823.657	1.083.155
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.994	3.329
Sociais e Estatutárias		1.548	1.123
Fiscais e Previdenciárias	15	23.133	42.399
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	94.567	99.646
Diversas	16	699.415	936.658
Passivo Exigível a Longo Prazo		6.505.986	5.849.616
Depósitos	14.a	2.123.820	1.400.791
Depósitos Interfinanceiros		2.113.221	1.400.791
Depósitos a Prazo		10.599	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.944.039	2.946.669
Recursos de Aceites Cambiais		834.422	669.354
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.109.617	2.277.315
Outras Obrigações		1.438.127	1.502.156
Fiscais e Previdenciárias	15	183.041	202.264
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	159.843	53.288
Diversas	16	1.095.243	1.246.604
Patrimônio Líquido	18	1.223.373	1.169.977
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		296.190	185.783
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(58.042)	(1.031)
Total do Passivo		<u>12.403.885</u>	<u>10.582.884</u>

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Receitas da Intermediação Financeira		805.146	786.314
Operações de Crédito		568.411	538.206
Operações de Arrendamento Mercantil		246.382	249.251
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		41.727	57.184
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	(64.577)	(69.415)
Resultado das Aplicações Compulsórias		13.203	11.088
Despesas da Intermediação Financeira		(566.776)	(518.200)
Operações de Captação no Mercado		(261.783)	(222.298)
Operações de Arrendamento Mercantil		(218.435)	(212.329)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(86.558)	(83.573)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		238.370	268.114
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(107.051)	(98.588)
Receitas de Prestação de Serviços		5.578	4.494
Rendas de Tarifas Bancárias	20	47.795	37.791
Despesas de Pessoal		(20.377)	(16.575)
Outras Despesas Administrativas	21	(95.117)	(80.216)
Despesas Tributárias		(15.968)	(16.900)
Outras Receitas Operacionais	22	28.505	22.689
Outras Despesas Operacionais	23	(57.467)	(49.871)
Resultado Operacional		131.319	169.526
Resultado não Operacional	24	23.775	16.383
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		155.094	185.909
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(60.080)	(85.655)
Provisão para Imposto de Renda		(26.865)	(29.619)
Provisão para Contribuição Social		(24.530)	(35.430)
Ativo Fiscal Diferido		(8.685)	(20.606)
Participação dos Empregados no Lucro		(1.559)	(1.376)
Lucro Líquido		93.455	98.878
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		231.324	244.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	39.640	-	39.640
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(48.811)	-	-	(48.811)
Lucro Líquido	-	-	-	-	98.878	98.878
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.944	-	-	(4.944)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	93.934	-	(93.934)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	985.225	43.058	142.725	(1.031)	-	1.169.977
Mutações no Semestre	-	4.944	45.123	39.640	-	89.707
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(27.505)	-	(27.505)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(31.534)	-	-	(31.534)
Lucro Líquido	-	-	-	-	93.455	93.455
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.673	-	-	(4.673)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	88.782	-	(88.782)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	985.225	53.818	242.372	(58.042)	-	1.223.373
Mutações no Semestre	-	4.673	57.248	(27.505)	-	34.416

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		93.455	98.878
Ajustes ao Lucro Líquido		314.906	319.409
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	86.558	83.573
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		4.275	14.155
Depreciações e Amortizações		515	488
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	10.642	15.738
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(3.986)	(5.557)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.533)	(1.317)
Insuficiência de Depreciação	12	17.640	13.115
Depreciação de Bens Arrendados		200.795	199.214
Variações em Ativos e Passivos		(419.929)	(313.389)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(139.062)	(9.781)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(1.065.767)	(431.472)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(14.956)	(53.027)
Redução em Outros Créditos		(6.191)	(10.548)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(3.558)	2.558
Aumento em Depósitos		854.444	270.619
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		18.304	(14.218)
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(1)
Impostos Pagos		(63.143)	(67.519)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(11.568)	104.898
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.120)	(242)
Aplicações no Intangível		(24)	-
Alienação de Imobilizado de Uso		105	19
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.039)	(223)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.343.356	1.193.873
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.167.303)	(1.097.288)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(93.808)	(79.411)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		82.245	17.174
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		69.638	121.849
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4	36.872	47.776
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	106.510	169.625

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018	
Receitas da Intermediação Financeira		805.146	786.314	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		53.373	42.285	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(86.558)	(83.573)	
Outras Receitas (Despesas)		(5.187)	(10.799)	
Despesas da Intermediação Financeira		(480.218)	(434.627)	
Insumos de Terceiros		(94.074)	(78.776)	
Serviços de Terceiros		(35.223)	(29.184)	
Outros		(58.851)	(49.592)	
Valor Adicionado Bruto		192.482	220.824	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(515)	(488)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		191.967	220.336	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		18.669	15.248	9,7%
Remuneração		13.432	11.130	
Benefícios		3.163	2.357	
FGTS		1.368	1.019	
Outras		706	742	
Impostos, Taxas e Contribuições		79.315	105.258	41,3%
Federais		74.823	99.833	
Municipais		4.492	5.425	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		528	952	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios		93.455	98.878	48,7%
Reinvestimentos de Lucros		93.455	98.878	
Total		191.967	220.336	100,0%

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2019 na reunião realizada em 13 de agosto de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do semestre, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do semestre.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do semestre.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “hedge” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “hedge” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “Hedge” de risco de mercado; e

II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no semestre; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O FIDC RN possui seu capital social composto por quotas seniores e subordinadas, sendo o Banco RCI Brasil detentor da totalidade das quotas subordinadas, caracterizadas por assumirem o maior risco (as cotas subordinadas serão amortizadas após as quotas seniores). O valor de aquisição das quotas subordinadas é contabilizado em conta de aplicação e posteriormente valorizado conforme atualização monetária da quota, em contrapartida de conta de resultado. O Banco RCI Brasil cede uma parcela de sua carteira ao FIDC RN, conforme critérios de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Ao Banco RCI Brasil reter substancialmente os riscos e benefícios da operação, a carteira cedida é reclassificada para “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Concomitantemente, por ser detentor dos riscos e benefícios, o Banco RCI Brasil registra no passivo os montantes referentes a carteira cedida (“Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos” – Nota 16).

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras

e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em semestres seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

k) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 14).

l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as

instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre o Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	106.510	36.872	29.437	5.765
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	140.188	42.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	140.188	42.011
Total	106.510	36.872	169.625	47.776

As informações relativas a 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

			30/06/2019	30/06/2018
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	840.278	(39)	840.239	649.992
Títulos Públicos	166.039	(39)	166.000	253.441
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	166.039	(39)	166.000	253.441
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	674.239	-	674.239	396.551
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	600.211	-	600.211	316.203
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	-	-	-	30.955
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽³⁾	74.028	-	74.028	49.393
Total de Títulos e Valores Mobiliários	840.278	(39)	840.239	649.992
Derivativos - Ativo	33	(33)	-	16.120
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	840.311	(72)	840.239	666.112
Derivativos - (Passivo)	(111.845)	(142.565)	(254.410)	(152.934)

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

II) Abertura por Vencimento

	De 3 a 12 Meses	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	166.000	674.239	840.239
Títulos Públicos	166.000	-	166.000
LFT	166.000	-	166.000
Títulos Privados	-	674.239	674.239
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	600.211	600.211
FIDC RN Brasil ⁽³⁾	-	74.028	74.028
Total	166.000	674.239	840.239

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

(2) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC era maio de 2020, conforme seu regulamento. O FIDC foi encerrado em 7 de maio de 2019 por decisão da Administração.

(3) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de duração do FIDC é de 50 anos, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Ativo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Receber	-	247
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	-	15.873
Total	-	16.120
Passivo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	2.281	14.631
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	252.129	138.303
Total	254.410	152.934

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	<u>30/06/2019</u>			<u>30/06/2018</u>		
	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>
"Swap" - Negociação						
Ativo	910.000	929.927	929.774	651.474	651.474	651.980
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	910.000	929.927	929.774	651.474	651.474	651.980
Passivo	(910.000)	(930.312)	(932.055)	(660.975)	(660.975)	(666.364)
Taxa de Juros Pré - Reais	(910.000)	(930.312)	(932.055)	(660.975)	(660.975)	(666.364)
"Swap" - Negociação	-	(385)	(2.281)	(9.501)	(9.501)	(14.384)

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre novembro de 2016 a junho de 2019 e os vencimentos são entre julho de 2019 e maio de 2022.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$64.577 (30/06/2018 - R\$69.415).

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.947.000	5.267.715	5.282.798	3.642.418	3.642.418	3.660.813
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.947.000	5.267.715	5.282.798	3.642.418	3.642.418	3.660.813
Passivo	(4.947.000)	(5.379.142)	(5.534.927)	(3.723.480)	(3.723.480)	(3.783.243)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.947.000)	(5.379.142)	(5.534.927)	(3.723.480)	(3.723.480)	(3.783.243)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(111.427)	(252.129)	(81.062)	(81.062)	(122.430)
30/06/2019						
Instrumentos de Hedge						
Objetos de Hedge						
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil		
Estratégias						
Contratos de Swap						
Hedge de Captações	(4.947.000)	(5.379.142)	(5.534.927)	(5.804.854)		
30/06/2018						
Instrumentos de Hedge						
Objetos de Hedge						
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil		
Estratégias						
Contratos de Swap						
Hedge de Captações	(3.723.480)	(3.723.480)	(3.783.243)	(4.082.623)		

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde a um débito no valor de R\$100.408 (30/06/2018 - R\$1.074) brutos e R\$58.020 (30/06/2018 - R\$972) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos

				Valor da Curva	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
"Swap"	-	929.927	-	929.927	651.474
Operações de Hedge	594.830	1.611.977	3.060.908	5.267.715	3.642.418
Total	594.830	2.541.904	3.060.908	6.197.642	4.293.892

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$437.786 (30/06/2018 - R\$369.392) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2019, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(456)	(7.924)	(15.619)
Total ⁽¹⁾		(456)	(7.924)	(15.619)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

a) Carteira de Arrendamento

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.059.045	880.038
Arrendamentos a Receber	323.501	279.728
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	735.544	600.310
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(309.859)	(268.012)
Valores Residuais a Balancear	(735.544)	(600.310)
Outros Valores e Bens	1.083	890
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.916.138	1.885.993
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.111.128)	(1.209.120)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	819.735	689.479

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$239.310 (30/06/2018 - R\$190.559).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Vencidas	5.529	4.728
A Vencer:		
Até 1 Ano	374.345	364.435
De 1 a 5 Anos	676.627	509.137
Acima de 5 Anos	2.544	1.738
Total	1.059.045	880.038

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Vencidas	4.669	4.191
A Vencer:		
Até 1 Ano	344.238	333.397
De 1 a 5 Anos	469.658	351.105
Acima de 5 Anos	1.170	786
Total	819.735	689.479

c) Carteira de Créditos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.474.140	1.075.944
Financiamentos - CDC Veículos	6.978.832	5.462.794
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	150.971	489.692
Total	8.603.943	7.028.430

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Vencidas	56.439	47.526
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.952.590	1.597.635
De 3 a 12 Meses	2.744.604	2.332.866
De 1 a 5 Anos	3.846.550	3.047.334
Acima de 5 Anos	3.760	3.069
Total	8.603.943	7.028.430

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No semestre findo em 30 de junho de 2019, não houve cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's) referente a financiamento de veículos (30/06/2018 - R\$114.569). Em 30 de junho de 2019, o valor presente das operações cedidas era de R\$150.971 (30/06/2018 - R\$489.692).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	30/06/2019	30/06/2018
Setor Privado		
Indústria	58.009	52.606
Comércio	1.608.030	1.190.325
Instituições Financeiras	932	874
Serviços e Outros	369.715	371.285
Pessoas Físicas	7.385.724	6.102.125
Agricultura	1.268	694
Total	9.423.678	7.717.909

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2019 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	461.068	-	461.068	-	-	-
A	0,5%	7.654.065	-	7.654.065	38.270	20.754	59.024
B	1%	591.848	194.257	786.105	7.861	-	7.861
C	3%	174.920	133.857	308.777	9.263	6	9.269
D	10%	68.940	36.560	105.500	10.550	5	10.555
E	30%	17.317	18.660	35.977	10.793	-	10.793
F	50%	263	14.755	15.018	7.509	-	7.509
G	70%	59	12.997	13.056	9.139	-	9.139
H	100%	271	43.841	44.112	44.112	-	44.112
Total		8.968.751	454.927	9.423.678	137.497	20.765	158.262

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2018 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	297.232	-	297.232	-	-	-
A	0,5%	6.209.989	-	6.209.989	31.050	20.763	51.813
B	1%	542.667	170.740	713.407	7.134	-	7.134
C	3%	167.824	133.898	301.722	9.052	-	9.052
D	10%	31.281	34.122	65.403	6.540	-	6.540
E	30%	50.151	14.331	64.482	19.345	-	19.345
F	50%	216	13.604	13.820	6.910	-	6.910
G	70%	59	8.888	8.947	6.263	-	6.263
H	100%	295	42.612	42.907	42.907	-	42.907
Total		7.299.714	418.195	7.717.909	129.201	20.763	149.964

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	147.705	159.353
Constituição (Reversão)	86.558	83.573
Baixas	(76.001)	(92.962)
Saldo Final	158.262	149.964
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	13.684	14.528

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No semestre findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 30/06/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	127.165	22.229	(29.102)	120.292	132.711
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.500	1.887	(2.602)	7.785	8.722
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	31.740	3.206	(609)	34.337	30.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.656	300	(28)	4.928	3.775
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	576	146	-	722	2.033
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	71	18	-	89	241
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	35.342	18.336	-	53.678	23.315
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	4.308	2.236	-	6.544	2.807
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.282	624	(910)	996	777
Outras Provisões Temporárias	21.005	9.704	-	30.709	22.944
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	234.645	58.686	(33.251)	260.080	227.885
Prejuízos Fiscais	70.180	-	(13.530)	56.650	79.700
Total dos Créditos Tributários	304.825	58.686	(46.781)	316.730	307.585

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		30/06/2019
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total	
2019	26.675	16.005	676	3.542	46.898	
2020	44.121	26.472	1.353	11.052	82.998	
2021	33.897	20.338	1.331	28.369	83.935	
2022	36.407	21.844	1.309	13.687	73.247	
2023	13.694	7.848	1.309	-	22.851	
2024 a 2026	3.841	2.305	655	-	6.801	
Total	158.635	94.812	6.633	56.650	316.730	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 13 de agosto de 2019.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$287.726 (30/06/2018 - R\$262.152), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. Outros Créditos – Diversos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	171.432	161.628
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.680	1.579
Para Interposição de Recursos Cíveis	22.620	20.203
Impostos e Contribuições a Compensar	16.121	8.512
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	60.756	48.104
Outros	2.214	3.124
Total	275.823	243.150

11. Imobilizado de Uso

	<u>30/06/2019</u>		<u>30/06/2018</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.821	(750)	1.071	833
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(104)	11	22
Sistemas de Processamento de Dados	827	(620)	207	116
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.516	(608)	908	689
Imobilizações em Curso	299	-	299	2
Total	4.578	(2.082)	2.496	1.662

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Veículos e Afins	1.864.068	1.827.193
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(678.371)	(750.768)
Superveniências de Depreciações	729.986	808.916
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	426	623
Total	1.916.138	1.885.993

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$17.640 (30/06/2018 - R\$13.115), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.672 (30/06/2018 - R\$5.648) como custo de aquisição e R\$4.921 (30/06/2018 - R\$4.303) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

	<u>30/06/2019</u>				<u>30/06/2018</u>	
	<u>Sem</u>		<u>De 3 a 12</u>	<u>Acima de 12</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>Vencimento</u>	<u>Até 3 Meses</u>	<u>Meses</u>	<u>Meses</u>		
Depósitos						
Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	1.088.316	522.031	2.113.221	3.723.568	2.159.742
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	-	-	10.599	10.599	-
Outros Depósitos ⁽³⁾	6.909	-	-	-	6.909	4.681

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Total	6.909	1.088.316	522.031	2.123.820	3.741.076	2.164.423
--------------	--------------	------------------	----------------	------------------	------------------	------------------

(1) Inclui o valor de R\$1.499.360 (30/06/2018 - R\$356.761) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre março e junho de 2019 e prazo de vencimento entre março de 2021 e junho de 2021.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	190.923	480.755	834.422	1.506.100	1.266.039
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	323.809	1.238.126	2.109.617	3.671.552	3.397.134
Total	514.732	1.718.881	2.944.039	5.177.652	4.663.173

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre dezembro de 2016 e junho de 2019 e possuem prazo de vencimento entre julho de 2019 e junho de 2022.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre setembro de 2017 e maio de 2019 e possuem prazo de vencimento entre setembro de 2020 e fevereiro de 2024.

(3) Em 30 de junho de 2019, inclui o valor de R\$952.552 (30/06/2018 - R\$508.628) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de junho de 2019, inclui o valor de R\$3.352.942 (30/06/2018 - R\$3.217.234) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	182.496	210.551
Impostos e Contribuições a Pagar	10.409	6.862
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	13.269	27.250
Total	206.174	244.663

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldos em			Saldos em	Saldos em
	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019	30/06/2018
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	-	-	-	113
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	-	-	-	13
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	-	-	-	-	7.315
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	-	-	-	-	881
Superveniência de Arrendamento Mercantil	186.906	-	(4.410)	182.496	202.229
Total	186.906	-	(4.410)	182.496	210.551

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	30/06/2019	
	Diferenças Temporárias	Total
	IRPJ	
2021	36.499	36.499
2022	36.499	36.499
2023	36.500	36.500
2024 a 2026	72.998	72.998
Total	182.496	182.496

16. Outras Obrigações – Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.111.128	1.209.120
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	31.787	30.783
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 17.b)	134.741	128.439
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	269.678	282.922
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	132.125	434.017
Outras	115.199	97.981
Total	1.794.658	2.183.262

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	134.741	128.439
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	31.787	30.783
Ações Trabalhistas	12.320	9.246
Ações Cíveis	19.467	21.537
Total	166.528	159.222

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	1/01 a 30/06/2019			1/01 a 30/06/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	129.591	11.640	21.254	123.996	8.704	14.306
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias ⁽¹⁾	6.608	680	3.354	5.716	555	9.467
Pagamentos	(1.458)	-	(5.141)	(1.273)	(13)	(2.236)
Saldo Final	134.741	12.320	19.467	128.439	9.246	21.537
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	171.432	2.680	22.620	161.628	1.579	20.203

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$13.851 (30/06/2018 - R\$13.412): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as

receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$110.583 (30/06/2018 - R\$106.339): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$40.198 para ações cíveis, R\$2.855 para ações trabalhistas e R\$204.258 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e" (30/06/2018 – R\$48.571, R\$5.448 e R\$224.588, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$105.001 (30/06/2018 - R\$180.996): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (vi) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Em Milhares de Reais

30/06/2019
Reais por Ação

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

				Bruto		Líquido	
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ⁽¹⁾⁽⁵⁾	31.534	-	31.534	74,26	81,69	74,26	81,69
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	73.264	10.990	62.274	172,53	189,78	146,65	161,31
Total	104.798	10.990	93.808				

	Em Milhares de Reais			Reais por Ação		30/06/2018	
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ⁽³⁾⁽⁵⁾	48.811	-	48.811	114,94	126,44	114,94	126,44
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	36.000	5.400	30.600	84,78	93,25	72,06	79,27
Total	84.811	5.400	79.411				

(1) Deliberado na Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2019 e pagamento efetuado em 21 de maio de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 e pagamento efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de maio de 2018 e pagamento efetuado em 11 de maio de 2018.

(4) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

(5) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2019 foi fixado o valor máximo de R\$6.883 (2018 - R\$5.380). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	835	810
Remuneração Variável	310	249
Outras	525	530
Total	1.670	1.589

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$689 (30/06/2018 - R\$583).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possui participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possui controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 31 de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Disponibilidades	106.285	29.060	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	106.285	29.060	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	115.009	752	2.954
Banco Santander ⁽³⁾	-	115.009	752	2.954
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	674.239	396.551	36.003	44.574
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	600.211	316.203	23.155	11.681
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	30.955	1.193	16.472
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	74.028	49.393	11.655	16.421
Operações de Crédito	156.690	493.406	30.688	28.229
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.876	1.689	14.619	10.855
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	445	376	2.342	2.348
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.398	1.649	13.727	15.026
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	156.792	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	150.971	332.900	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	63.164	49.519	107.330	130.160
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	48.159	41.259	85.928	101.732
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	15.005	8.260	20.928	27.998
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	110	90
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	-	-	364	340
Depósitos Interfinanceiros	(3.373.568)	(1.897.954)	(99.206)	(60.841)
Banco Santander ⁽³⁾	(3.373.568)	(1.897.954)	(99.206)	(60.841)
Recursos de Aceites Cambiais	(632.787)	(498.263)	(12.410)	(12.676)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(482.266)	(357.704)	(8.184)	(8.835)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(75.542)	(104.544)	(2.167)	(2.951)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(74.979)	(36.015)	(2.059)	(890)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(9.841)	(15.342)	(37.071)	(34.494)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(6.336)	(11.382)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(3.327)	(6.263)	(5.936)	(900)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(2.473)	(2.665)	(6.943)	(7.644)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(4.041)	(6.414)	(17.856)	(14.568)
Outras Obrigações - Diversas	(132.152)	(434.055)	(38.057)	(44.640)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.670)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(266)	(271)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(19)	(32)	(154)	(168)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(8)	(6)	(31)	(57)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ⁽²⁾⁽⁹⁾	(132.125)	(434.017)	(35.936)	(44.144)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Prouban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	43.269	34.372
Outras	4.526	3.419
Total	47.795	37.791

21. Outras Despesas Administrativas

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Serviços do Sistema Financeiro	11.468	17.569
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	35.223	29.184
Propaganda e Publicidade	30.064	16.025
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	6.943	7.644
Convênio Operacional RCI Banque	922	900
Serviços de Processamento de Dados	4.138	1.992
Transportes e Viagens	1.535	1.923
Outras	4.824	4.979
Total	95.117	80.216

22. Outras Receitas Operacionais

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	-	12
Atualização de Depósitos Judiciais	3.986	5.557
Atualização de Impostos a Compensar	1.533	1.317
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.002	1.003
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	21.948	14.772
Outras	36	28
Total	28.505	22.689

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

23. Outras Despesas Operacionais

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	37.772	23.754
Provisões Operacionais		
Fiscais	2.953	2.157
Cíveis (Nota 17.c)	3.354	9.467
Trabalhista (Nota 17.c)	680	555
Gastos com Contratos em Atraso	4.914	5.558
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	857	753
Atualização Monetária Contingência Fiscal	3.185	3.299
Procedimentos e Custas Processuais	1.848	1.647
Outras	1.904	2.681
Total	57.467	49.871

24. Resultado Não Operacional

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	23.824	16.428
Perdas de Capital	(49)	(45)
Total	23.775	16.383

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	1/01 a 30/06/2019	1/01 a 30/06/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	155.094	185.909
Participações no Lucro	(1.559)	(1.376)
Resultado antes dos Impostos	153.535	184.533
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (30/06/2018 - 25% e 20%), Respectivamente ⁽¹⁾	(61.414)	(83.040)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.763	2.065
Demais Ajustes, CSLL 5%	-	(4.886)
Demais Ajustes	(1.429)	206
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.080)	(85.655)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

26. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.**ANEXO: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>1/01 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>1/01 a</u> <u>30/06/2018</u>
Lucro Líquido	93.455	98.878
Outros Resultados Abrangentes	(27.505)	39.640
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(11)	(45)
Ajuste ao Valor de Mercado	(19)	(42)
Imposto de Renda	8	(3)
Hedges de fluxo de caixa	(27.494)	39.685
Ajuste ao Valor de Mercado	(48.058)	70.856
Imposto de Renda	20.564	(31.171)
Resultado Abrangente	65.950	138.518

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho
Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos
Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Gustavo de Sousa Santos
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Patrick Jean Michel Claude

Conselheiros Suplentes
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Frederic Schneider
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA

Diretor Presidente
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral
Frederic Schneider
Enrico Rossini*

Diretor de Relações Institucionais
Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco
Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR
Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

* Pendente de homologação pelo Bacen.

**BANCO RCI BRASIL S.A.
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Enrico Rossini*

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

* Pendente de homologação pelo Bacen.

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, sobre as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Enrico Rossini*

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

* Pendente de homologação pelo Bacen.